



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

Processo nº: 00600-00004187/2020-02-e.

Órgão de Origem: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF.

Assunto: Aposentadoria.

Ementa:

- Examina-se a legalidade de ato de aposentadoria voluntária de servidor do quadro da SES/DF, Andral Codeço Filho;
- Decisão nº 3.249/2020: Diligência;
- Instrução: Pelo cumprimento da diligência e legalidade da concessão, com ressalva;
- MPC: Divergente. Pela ilegalidade;
- **VOTO:** Convergente para o Corpo Técnico.

RELATÓRIO

Tratam os autos do exame de ato de aposentadoria voluntária, com proventos integrais, de servidor do quadro da SES/DF, Andral Codeço Filho, conforme extrato do módulo SIRAC juntado aos autos.

2. O Corpo Instrutivo se manifestou por meio do documento eletrônico BE2ED91B-e, esclarecendo o seguinte:

“(…)

Quanto à gratificação de titulação, conforme se verifica na documentação pertinente juntada à aba “Anexos e Observações”, a Gerência de Carreiras e Cargos ainda não recebeu comunicação oficial da decisão judicial que tornou sem efeito a Decisão nº 3249/2020 do TCDF e nem orientações da SUGEP de como proceder em relação à reavaliação do percentual dessa gratificação.

Em relação à análise da compatibilidade de horários, foram juntadas as folhas de ponto solicitadas, exceto as folhas dos anos de 2009 a 2011, por parte do STJ, em razão de que o Tribunal não possuía registro de ponto com possibilidade de lançamento de horário de entrada e saída nessa época.

O servidor foi devidamente notificado, tendo confirmado o recebimento do e-mail que o notificou.

Compulsando as folhas de ponto, o quadro de compatibilidade de horários e o parecer pela litude da acumulação de cargos, verifica-se que foram detectados vários dias de jornadas sobrepostas: 37 dias em 2012; 35 dias em 2013 e 3 dias em 2014.

A defesa do servidor, anexada ao processo nº 4187/2020, argumenta, em síntese, o seguinte:

a) a sobreposição de horários diz respeito, na maioria das vezes, apenas aos primeiros 15 minutos da jornada, ou seja, está dentro da margem de tolerância de atrasos;

b) essa sobreposição não causou qualquer prejuízo à prestação de serviços;

c) o servidor foi muito bem avaliado de 2010 a 2013 pelas suas chefias, segundo avaliações de desempenho anexas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

d) era comum a extensão do horário dos plantões em razão de necessidade de serviço, em razão do que o servidor gozava de compensações de horários ao longo da semana.

Em que pese a indicação de vários dias de jornadas sobrepostas no período em que foi possível examinar a compatibilidade de horários, ainda assim, é possível ponderar que, dentro do universo analisado, os dias em que se detectou choque de horários representam um montante pouco significativo, sendo possível, s.m.j., afastar a caracterização de incompatibilidade de horários.

Ademais, não se mostra bastante precisa a indicação dos dias em que teria havido sobreposições. Tanto é que em abril e maio de 2014, exemplificadamente, pode-se afirmar que não houve as sobreposições consolidadas no documento "PARECER DE LICITUDE DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO SES". Isto porque, de acordo com o documento "QUADRO DE COMPATIBILIDADE DE HORARIO", os pequenos intervalos (ou nenhum intervalo) entre o término de uma jornada e o início da outra não comprovam a assertiva de que houve tais sobreposições nesses meses de 2014.

O servidor acumula cargos com cargas horárias de 20h/semana em ambos os cargos, o que sugere uma ampla facilidade de se obter a compatibilidade de horários nos seus exercícios, sendo possível ponderar que os dias indicados com irregularidades tenham sido devidamente compensados pelo servidor ou correspondam a escalas que não tenham sido alteradas a tempo pelas respectivas chefias, como de resto é também apontado pelo servidor em sua defesa. Ressalte-se que a carga horária no STJ pode não corresponder a 20h e sim 30h/semana, já que o órgão federal não indicou a carga horária do servidor e os horários de entrada e saída do servidor sinalizam que a carga horária era, na verdade, de 30h/semana, o que, entretanto, não afasta a possibilidade de compatibilidade de horários entre as jornadas.

Finalmente, as sobreposições verificadas realmente se referem, na sua maioria, a apenas uma fração da primeira hora de trabalho, sendo quase idênticas ao "deslocamento zero", ocorrência que o Tribunal tem sistematicamente relevado.

Assim, se pode passar à análise de mérito da concessão.

A fundamentação legal e a apuração do tempo de serviço estão de acordo com a legislação pertinente à matéria.

Cotejando os dados do ato em comento com registros do SGRH | SIAPE não se verificou nenhuma incompatibilidade em relação aos registros lançados no SIRAC.

A regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24185/07."

3. E, ao final, propondo:

"Pelo exposto, sugere-se ao Tribunal que:

I – considere cumprida a Decisão nº 3249/2020;

II - tome conhecimento da defesa apresentada pelo servidor para, no mérito, considerá-la procedente;

III – considere legal, para fim de registro, a concessão em exame, ressaltando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24185/2007;

IV – autorize o arquivamento dos autos."



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

4. O MPC diverge da sugestão da Unidade Técnica (e-doc 1F2D2DE2-e), por entender que deve ser negado registro ao ato em exame, determinando-se a reavaliação da Gratificação de Titulação (GTIT) concedida, devendo-se observar a decisão proferida pelo TJDF no Processo nº 071121287.2019.8.07.0018 – 8ª VFP/DF.

“(...)

15. Assim, após análise dos dados do Sistema Sirac, realizada em 25/01/2022, verifico que a Jurisdicionada acostou farta documentação atinente ao cumprimento das diligências ordenadas pelo TCDF.

16. Constato, ainda, que as sobreposições de jornadas levantadas representam, de fato, volume materialmente insuficiente para denotar prima facie a incompatibilidade de jornadas. Ademais, conforme certificou a Unidade Técnica, a fundamentação legal e a apuração do tempo de serviço estão em ordem.

17. Nada obstante, **reputo que a concessão sub examine não se revela apta a merecer o registro por esta Corte.**

18. Segundo se extrai da documentação juntada à aba “Anexos e Observações” do Sistema Sirac, ao longo de sua vida funcional, o servidor apresentou os seguintes títulos, que ensejaram o pagamento de 30% (trinta por cento) à guisa de GTIT:

- **Especialização** em Medicina do Trabalho, pela Universidade Gama Filho (15% de GTIT);
- Curso de DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis, pelo Instituto Brasileiro de Educação (8% de GTIT);
- **Especialização** em Pneumologia, pela Associação Médica Brasileira (7% de GTIT- totalizando o teto de 30% permitido em lei).

19. Porém, **a sentença proferida nos autos do Processo nº 0711212-87.2019.8.07.0018 – 8ª VFP/DF, que transitou em julgado em 16/06/2020, determinou a abstenção de pagamento cumulativo de gratificação por titulação com base em títulos da mesma natureza, gerando à jurisdicionada o dever de realizar uma nova análise dos títulos, de modo a ajustar o percentual devido.**

20. In casu, **o beneficiário cumula duas quotas de GTIT a título de especialização, no percentual de 7% cada, malgrado a decisão judicial referida avalize o cômputo de apenas uma.**

21. Apesar disso, **em dissonância com a decisão judicial supracitada e negligenciando o que determinado na Decisão TCDF nº 3.249/2020 (item I.1), desta Corte, que ordenara a observância “do que foi decidido no Processo/TJDF nº 071121287.2019.8.07.0018, já transitado em julgado, adotando as medidas porventura cabíveis para corrigir os proventos atuais do servidor”, a aba “Proventos” do Sirac ainda faz referência ao percebimento de 30% a título de GTIT, em lugar dos devidos 23% (15%¹ + 8%²).**

22. Quanto a este fato, alega a Gerência de Carreiras e Cargos da SES que não recebeu comunicação oficial e tampouco orientações da Sugep sobre como proceder em relação à reavaliação da gratificação.

23. De seu turno, o interessado, em sua defesa (peça 42), **nada arguiu sobre a questão em comento, precluindo sua oportunidade defensiva a este**

¹ Alusivos à citada especialização em Medicina do Trabalho, promovido pela Universidade Gama Filho.

² Alusivos ao citado Curso de Doenças Sexualmente Transmissíveis, promovido pelo Instituto Brasileiro de Educação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

respeito, à luz dos princípios da eventualidade e do dever de impugnação específica.

24. Considero que as justificativas oferecidas pela jurisdicionada não merecem prosperar e requerem a adoção de providências imediatas por esta Corte.

25. A aludida decisão transitou em julgado em 16/06/2020. Assim, decorridos aproximadamente 1 ano e 7 meses da definitividade da sentença, **entendo ter decorrido tempo hábil para que a jurisdicionada desse efetivo cumprimento ao decisum.**

26. Além disso, o argumento relativo à ausência de comunicação oficial também deve ser rejeitado, já que não se pode negar que a jurisdicionada tem plena ciência do teor da decisão, além de ter sido a Fazenda devidamente intimada do teor da sobredita decisão judicial. Cabe à SES, portanto, agir de ofício para sanear tais incongruências.

27. Não é razoável supor que cada departamento de um mesmo órgão público deva ser cientificado quanto ao teor de decisões judiciais das quais se dera efetiva ciência ao seu representante legal. Esse argumento, cumulado à manifestação de ciência (supostamente informal) a respeito do decisum, **denota falta grave, inclusive apta a ensejar a instauração de Tomada de Contas Especial em desfavor do responsável pela Gerência de Carreiras e Cargos, atraindo potencialmente sua solidariedade pela repetição dos indébitos recebidos pelo servidor.**

28. Atendo-me aos autos, contudo, tenho que a manutenção de tal prática, já definitivamente julgada ilegal em sede judicial, tem o nocivo condão de perpetuar prejuízo ao Erário, carecendo, pois, de urgente reavaliação por parte da SES.

29. Deste modo, de acordo com o teor da decisão judicial e da Decisão TCDF nº 3.249/2020, é imprescindível que a jurisdicionada realize ajuste no percentual pago à guisa de GTIT, deixando de validar o segundo título de especialização, o que resultará em um total de 23% (vinte e três por cento) nessa rubrica.

30. Imperioso destacar que o presente ato de aposentadoria (Ato nº 012221-3) ingressou no TCDF em 18/12/2017. Por força do item II, alíneas a e g da Decisão TCDF nº 3.770/2021, o prazo para julgamento da legalidade de ato de concessão de aposentadoria, por parte desta Corte de Contas, é decadencial de 5 (cinco) anos, o que implica risco iminente de registro tácito, caso o Tribunal não haja oportunamente.

31. Nessa senda, considerando que a Corte buscou sanear o ato por meio de diligências, tendo a jurisdicionada e o servidor exercido o direito ao contraditório, inclusive com a concessão de todos os pleitos de dilação de prazo, avalio que o processo se encontra maduro para julgamento de mérito, sendo inarredável a negativa do registro.

32. Proceder a novas diligências, a essa altura, potencialmente resultaria acidentalmente na concessão de registro tácito a ato manifestamente impróprio, mesmo após sucessivas diligências que foram, inclusive, negligenciadas pela jurisdicionada, em postura que reputo atentatório à dignidade desta Corte.

33. Ademais, consoante se adiantou, o interessado, no gozo da prerrogativa que lhe fora facultada de defesa prévia (e que sequer lhe seria rigorosamente devida³, mas que de todo homenageia a natureza democrática do processo controlador), optou por não se manifestar quanto a esse ponto, deixando de apresentar suas razões.

³ Súmula Vinculante nº 3: Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, **excetuada a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

34. *Por derradeiro, importante consignar que não desconheço a sistemática de exame dos atos de concessão instituída pela Decisão nº 77/2007. Entretanto, **deparando-se a Corte, já nesta fase, com inconsistências ou irregularidades de ordem financeira, com impacto direto sobre o Erário distrital, entendo pertinente a atuação imediata com vistas a garantir a observância do ordenamento jurídico e evitar a continuidade de pagamentos indevidos.***

35. Assim, o Parquet **diverge das sugestões emanadas da Área Técnica**, sugerindo ao Tribunal que:

I. tome conhecimento:

- a. deste Parecer;
- b. da Informação nº 12080849/2021-DIFIPE2 (peça 44);
- c. da defesa apresentada pelo Sr. Andral Codeço Filho (peça 42); e
- d. da documentação encaminhada pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (peça 41);

II. **negue registro ao ato em exame;**

III. determine à jurisdicionada que, **no prazo de 30 (trinta) dias:**

a. **promova a reavaliação da Gratificação de Titulação (GTIT) concedida in casu em inobservância ao que transitado em julgado no Processo nº 071121287.2019.8.07.0018 – 8ª VFP/DF**, editando, no mesmo prazo, novo ato de concessão com exclusão da parcela recebida a maior a título da referida Gratificação;

b. remeta ao Tribunal o novo ato concessório, com os devidos ajustes processados, para apreciação visando ao registro;

IV. encaminhe cópia do Relatório/Voto e da Decisão que vier a ser proferida ao interessado e à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal; e

V. restitua os autos à Sefipe, para as providências cabíveis.”.

(Os grifos não constam do original).

É o relatório.

VOTO

5. Nesta assentada, examina-se o cumprimento de diligência determinada pela Decisão nº 3.249/2020.

6. O servidor foi notificado e apresentou a defesa contida na peça 42.

7. Em atendimento à mencionada Decisão, a jurisdicionada prestou esclarecimentos por meio do Ofício nº 8.730/2021 - SES/GAB (peça 41).

8. O Corpo Técnico manifestou-se por meio da Informação constante da peça 44, considerando legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07.

9. Instado a se manifestar, o MPC, mediante o Parecer nº 050/2022 – G3P (peça 48), por entender que a Gratificação de Titulação – GTIT precisa ser



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MARCIO MICHEL

ajustada à decisão proferida pelo TJDF no Processo nº 0711212-87.2019.8.07.0018 – 8ª VFP/DF, opina pela negativa de registro ao ato em exame.

10. Ao analisar o feito, com a devida vênia ao MPC, entendo que não merece reparo o encaminhamento proposto pelo Corpo Técnico, no sentido de que a concessão deve ser considerada legal, para fins de registro.

11. No tocante a GTIT, consoante bem demonstrado pelo Corpo Técnico, cabe à jurisdicionada observar o que foi decidido pelo TJDF no Processo nº 071121287.2019.8.07.0018, conforme determinado por esta e. Corte de Contas na Decisão nº 3.249/2020, o que pode ser verificado em fiscalizações futuras.

12. Ante o exposto, em harmonia com o Corpo Técnico, lamentando divergir do *Parquet*, VOTO, com ajustes, no sentido de que o Plenário:

I - tenha por parcialmente cumprida a Decisão nº 3.249/2020;

II - tome conhecimento da defesa apresentada pelo servidor para, no mérito, considerá-la procedente;

III - considere legal, para fins de registro, a concessão em exame, ressalvando que a regularidade das parcelas do abono provisório poderá ser verificada na forma do item I da Decisão nº 77/07, adotada no Processo nº 24.185/07;

IV - determine à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF que dê cumprimento ao item I.1 da Decisão nº 3.249/2020, no sentido de que a Gratificação de Titulação deve observar o que foi decidido pelo TJDF no Processo nº 071121287.2019.8.07.0018, adotando as medidas porventura cabíveis para corrigir os proventos atuais do servidor, o que deverá ser verificado em futuras fiscalizações;

V - autorize o arquivamento do presente feito.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2022.

MARCIO MICHEL
Conselheiro-Relator